



FUTURO SUSTENTÁVEL

CONECTANDO EMPRESAS,
GOVERNOS E SOCIEDADE



Título da revista: Futuro sustentável:
conectando empresas, governos e sociedade

Edição: Número 2
Outubro, 2024.

Projeto editorial e gráfico desenvolvido por Sagarana Digital

www.sagaranadigital.com
contato@sagaranadigital.com.br

Marcella Rateiro, Raquel Rapini, Samantha Alves e Tamiris Volcean

CONSELHO EDITORIAL

Sinoel Batista
Tamara Ilinsky Crantschaninov

COLABORADORES

Brauner Geraldo Cruz Junior, Caio Momesso, João Francisco de Oliveira Lobato, Leandro Matheus Pieroni, Luiz Henrique Apollo da Silva, Marília Migliorini Oliveira Lima, Sérgio Augusto Galvão Cezar

EDITORA QCP

Quanta Consultoria, Projetos e Editora Ltda.
Rua Dr. Clóvis de Oliveira, 166 –
Progredior, CEP: 05616-130 - São Paulo/SP

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida sem a permissão expressa da Editora QCP.

EDITORIAL

SUSTENTABILIDADE EM FOCO CONSTRUINDO UM FUTURO RESPONSÁVEL

Bem-vindos à segunda edição da revista da QCP – Quanta Consultoria, Projetos e Editora. Nesta edição, queremos aprofundar a discussão sobre um tema que tem sido cada vez mais relevante no cenário global: **a sustentabilidade**. Em um mundo onde as mudanças climáticas e as crises ambientais se tornam cada vez mais evidentes, o papel das empresas e da sociedade na promoção de um desenvolvimento responsável nunca foi tão importante.





A QCP se orgulha de estar na vanguarda das práticas sustentáveis e de governança ambiental, social e corporativa (ESG). Em um mercado cada vez mais competitivo, percebemos que a sustentabilidade não é apenas uma necessidade ética, mas também uma estratégia de negócio fundamental. As empresas que adotam práticas ESG são mais resilientes, inovadoras e capazes de construir relações de confiança com seus investidores, clientes e colaboradores.

Nesta edição, exploramos a intersecção entre inovação e sustentabilidade. Como você verá nos artigos a seguir, a QCP tem se dedicado a desenvolver planos de desenvolvimento sustentável que não apenas respeitam o meio ambiente, mas também promovem a inclusão social e a preservação cultural. Acreditamos que o verdadeiro progresso só é alcançado quando todas as partes interessadas são ouvidas e envolvidas no processo de construção de soluções.

Os artigos apresentados destacam casos práticos de como grandes empreendimentos podem ser desenvolvidos de forma a minimizar os impactos negativos sobre as comunidades locais e o meio ambiente. A

participação ativa das comunidades afetadas e o uso de tecnologias inovadoras têm sido fundamentais para garantir que os benefícios do desenvolvimento sejam compartilhados de maneira justa e sustentável.

Também discutimos a importância de uma abordagem integrada e colaborativa para enfrentar os desafios ambientais. Nenhuma organização pode resolver esses problemas sozinha, e é por isso que promovemos a colaboração entre empresas, governos e sociedade civil. A sustentabilidade é uma jornada que deve ser percorrida por todos, e estamos comprometidos em liderar esse caminho com responsabilidade e inovação.

Convidamos você a explorar os artigos desta edição e a refletir sobre como podemos, juntos, construir um futuro mais sustentável e justo. Que esta leitura inspire novas ideias e ações em prol de um desenvolvimento que respeite tanto as pessoas quanto o planeta.

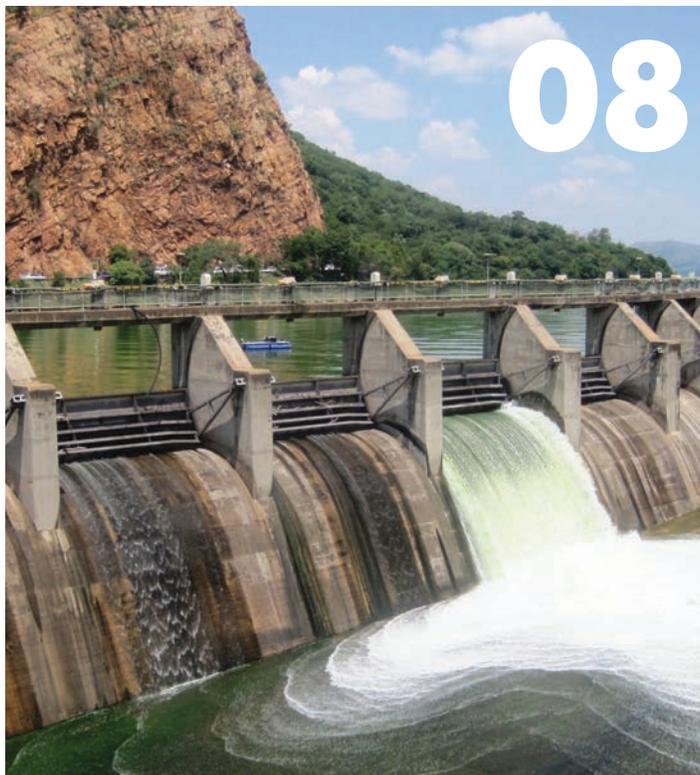


BOA LEITURA!

**Sinoel Batista e
Tamara Crantschaninov**

SUMÁRIO

DESTAQUE DA EDIÇÃO



Um breve panorama dos impactos de grandes empreendimentos no Brasil

Grandes projetos de infraestrutura, mineração e energia estão transformando o Brasil, mas a que custo? Entenda os impactos ambientais e sociais desses empreendimentos e descubra como políticas públicas, diálogo com comunidades e práticas de conservação podem promover um desenvolvimento econômico mais justo e sustentável

Impactos de grandes empreendimentos: dilemas entre a sobreposição de direitos e o desenvolvimento econômico

Neste artigo de opinião, Sérgio Augusto Galvão, engenheiro agrônomo e mestre em economia, reflete sobre os conflitos de interesse entre indivíduos e comunidades diante da implantação de grandes empreendimentos e como este processo pode ser mais justo, humano e mais positivo para os envolvidos





Sustentabilidade e inovação: como as empresas brasileiras podem liderar o futuro do ESG

20

Para uma transformação real, as práticas ESG devem estar alinhadas ao propósito das empresas e integradas ao planejamento estratégico - descubra os caminhos possíveis para isso em artigo de opinião de João Francisco de Oliveira Lobato, Diretor de Sustentabilidade e Novos Negócios da QCP



28

PACUERA da Usina Hidrelétrica Jirau: desafios, impactos e participação pública na revisão

Entrevista exclusiva do Gerente de Meio Ambiente envolvido no plano de revisão do PACUERA, em 2023, destaca os principais desafios, oportunidades e impactos analisados e perspectivas de mudanças no território

Pensando em novos modelos de desenvolvimento na Floresta Amazônica

A Equipe de Pesquisa da QCP convida você a refletir sobre modelos de desenvolvimento sustentável mais inclusivos para regiões complexas, como a Floresta Amazônica, com foco na preservação dos direitos e tradições das comunidades locais



38



44

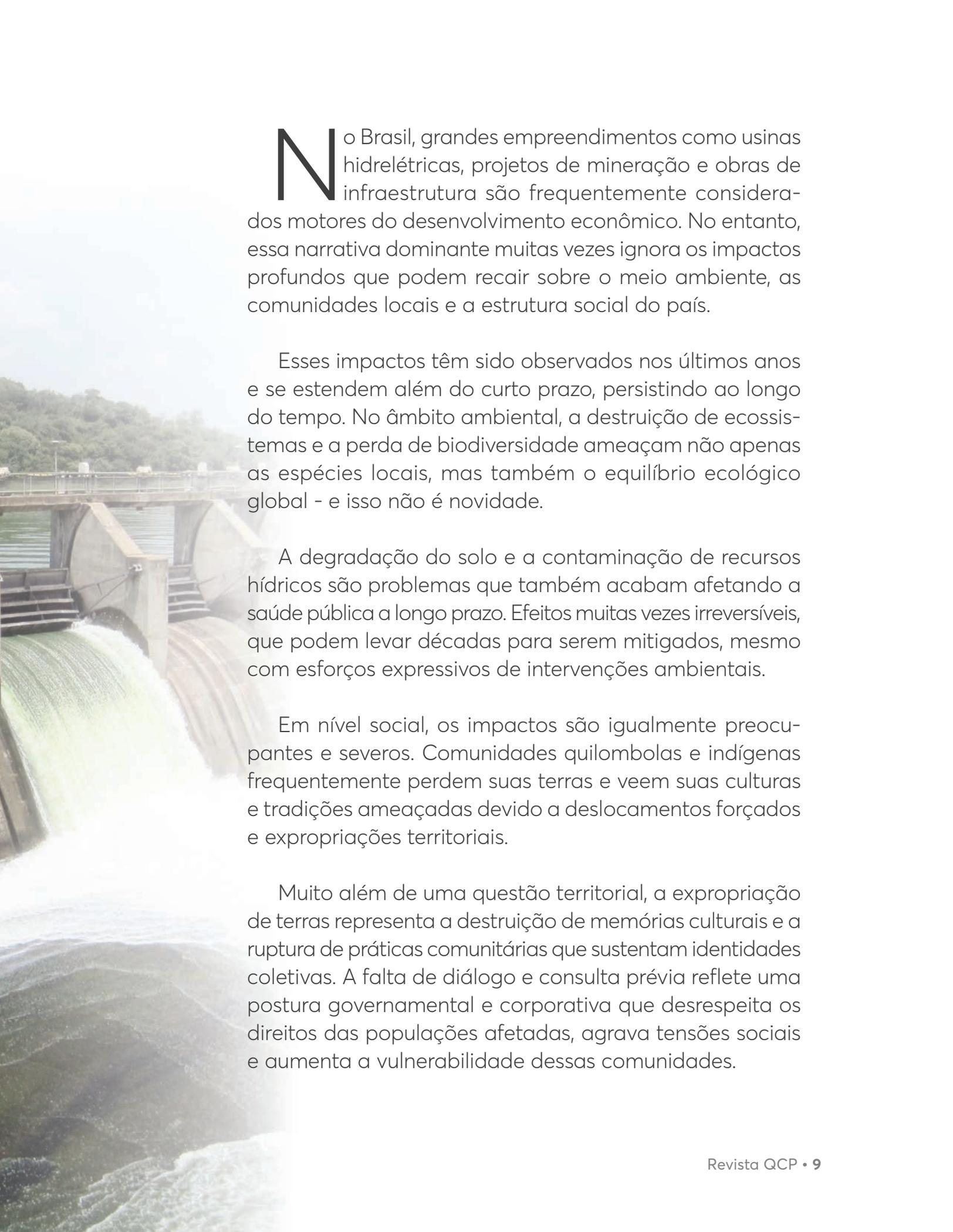
Conectando pessoas e meio ambiente nos planos de desenvolvimento sustentável

O equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental passa pela integração da comunidade e políticas públicas inclusivas. Neste artigo da Equipe de Pesquisa da QCP, você entende como é possível promover a inclusão social, combinando dados, escuta ativa e práticas participativas para transformar impacto em inovação sustentável

DESTAQUE DA EDIÇÃO

UM BREVE PANORAMA DOS IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NO BRASIL





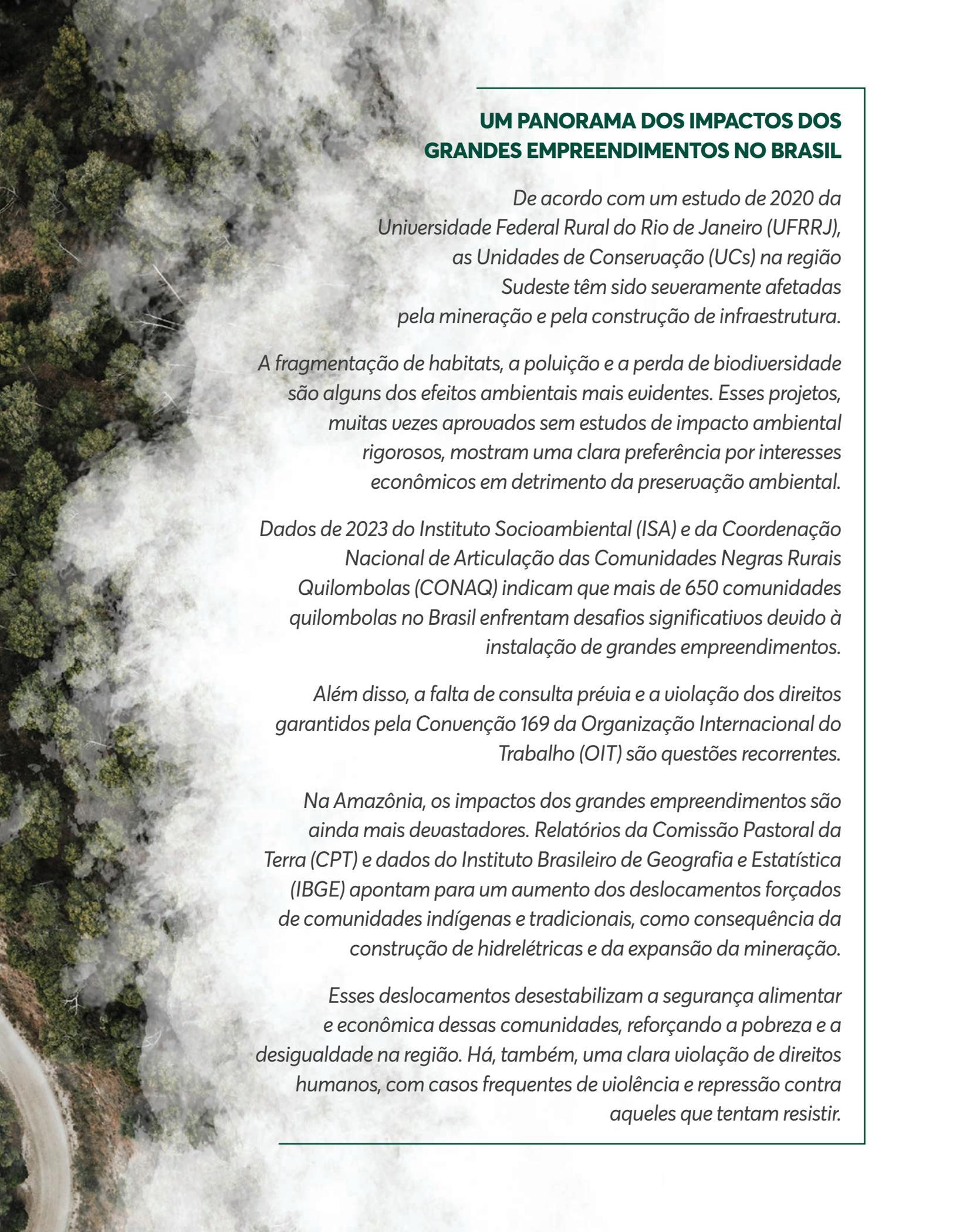
No Brasil, grandes empreendimentos como usinas hidrelétricas, projetos de mineração e obras de infraestrutura são frequentemente considerados motores do desenvolvimento econômico. No entanto, essa narrativa dominante muitas vezes ignora os impactos profundos que podem recair sobre o meio ambiente, as comunidades locais e a estrutura social do país.

Esses impactos têm sido observados nos últimos anos e se estendem além do curto prazo, persistindo ao longo do tempo. No âmbito ambiental, a destruição de ecossistemas e a perda de biodiversidade ameaçam não apenas as espécies locais, mas também o equilíbrio ecológico global - e isso não é novidade.

A degradação do solo e a contaminação de recursos hídricos são problemas que também acabam afetando a saúde pública a longo prazo. Efeitos muitas vezes irreversíveis, que podem levar décadas para serem mitigados, mesmo com esforços expressivos de intervenções ambientais.

Em nível social, os impactos são igualmente preocupantes e severos. Comunidades quilombolas e indígenas frequentemente perdem suas terras e veem suas culturas e tradições ameaçadas devido a deslocamentos forçados e expropriações territoriais.

Muito além de uma questão territorial, a expropriação de terras representa a destruição de memórias culturais e a ruptura de práticas comunitárias que sustentam identidades coletivas. A falta de diálogo e consulta prévia reflete uma postura governamental e corporativa que desrespeita os direitos das populações afetadas, agrava tensões sociais e aumenta a vulnerabilidade dessas comunidades.

An aerial photograph showing a dense green forest on the left side, with a light-colored road or path cutting through it from the bottom left towards the center. The right side of the image is mostly white, possibly representing a cleared area or a different type of terrain.

UM PANORAMA DOS IMPACTOS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS NO BRASIL

De acordo com um estudo de 2020 da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), as Unidades de Conservação (UCs) na região Sudeste têm sido severamente afetadas pela mineração e pela construção de infraestrutura.

A fragmentação de habitats, a poluição e a perda de biodiversidade são alguns dos efeitos ambientais mais evidentes. Esses projetos, muitas vezes aprovados sem estudos de impacto ambiental rigorosos, mostram uma clara preferência por interesses econômicos em detrimento da preservação ambiental.

Dados de 2023 do Instituto Socioambiental (ISA) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) indicam que mais de 650 comunidades quilombolas no Brasil enfrentam desafios significativos devido à instalação de grandes empreendimentos.

Além disso, a falta de consulta prévia e a violação dos direitos garantidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) são questões recorrentes.

Na Amazônia, os impactos dos grandes empreendimentos são ainda mais devastadores. Relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para um aumento dos deslocamentos forçados de comunidades indígenas e tradicionais, como consequência da construção de hidrelétricas e da expansão da mineração.

Esses deslocamentos desestabilizam a segurança alimentar e econômica dessas comunidades, reforçando a pobreza e a desigualdade na região. Há, também, uma clara violação de direitos humanos, com casos frequentes de violência e repressão contra aqueles que tentam resistir.

Olhando para o complexo cenário da Amazônia, é possível notar consequências mais graves dos grandes empreendimentos. Isso porque a destruição das florestas e a contaminação dos rios já têm demonstrado repercussões globais, especialmente no contexto das mudanças climáticas.

QUAIS SÃO OS CAMINHOS POSSÍVEIS?

Diante de um cenário complexo e multifacetado, as soluções para mitigar ou evitar os impactos dos grandes empreendimentos devem ser igualmente abrangentes e integradas. É necessário haver uma revisão e monitoramento frequentes das políticas públicas relacionadas à aprovação e implementação, por exemplo, para a garantia de direitos às populações afetadas.

Outro aspecto fundamental é assegurar a consulta prévia, livre e informada como um requisito básico para a participação das comunidades locais e tradicionais que possam ser impactadas por essas instalações - práticas alinhadas aos princípios de justiça social e direitos humanos, que possibilitam um desenvolvimento econômico mais humanizado.

Fortalecer as políticas de conservação e gestão sustentável dos recursos naturais também deve estar em pauta, como as Unidades de Conservação, por exemplo, que precisam de mais recursos e proteção legal para resistir às pressões dos grandes empreendimentos.

De maneira geral, a análise dos impactos e das práticas de implementação do desenvolvimento deve buscar um equilíbrio entre as necessidades econômicas e a preservação ambiental. É importante considerar que os custos sociais, ambientais e culturais são profundos e, muitas vezes, irreversíveis.

Estamos diante de um grande desafio: adotar estratégias de desenvolvimento que priorizem um modelo verdadeiramente inclusivo, para que o país não corra o risco de comprometer o futuro sustentável. Caso contrário, poderemos perpetuar ciclos de desigualdade e injustiça social.

Respeitar a diversidade de tradições, culturas e povos envolvidos nessas decisões significa, por fim, proteger os aspectos que constituem nossa identidade como nação.

ESPECIALISTA RESPONDE



SÉRGIO AUGUSTO GALVÃO CEZAR,
ENGENHEIRO AGRÔNOMO, MESTRE
EM ECONOMIA E SÓCIO QUOTISTA DA
GEOMIND – GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE

COMO APLICAR OS PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA AMBIENTAL NA GESTÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS PARA ASSEGURAR A EQUIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS E RISCOS?

Boas práticas que podem representar uma aproximação entre o desenvolvimento econômico e o equilíbrio ambiental, nas suas variantes ambientais e ecológicas e sociais:

- ▶ **Reconhecer que o atendimento de direitos coletivos, como por exemplo, bem-estar promovido pela oferta de energia, se dá às custas de perdas de comunidades e indivíduos locais, na área de influência do empreendimento;**
- ▶ **Reconhecer os direitos das minorias em contraposição à vontade expressa pela maioria;**
- ▶ **Investir na definição de normas ambientais e na atuação dos órgãos licenciadores e fiscalizadores, assegurando atuação independente;**
- ▶ **Adotar estratégias que possam reforçar a atuação independente das consultorias ambientais;**
- ▶ **Promover a participação efetiva das comunidades locais e indivíduos na construção coletiva de soluções.**

IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS: DILEMAS ENTRE A SOBREPOSIÇÃO DE DIREITOS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A implantação de grandes empreendimentos frequentemente gera discussões sobre conflitos de direitos. Um dos casos mais notáveis é o choque de interesses entre o indivíduo e a comunidade, que pode ser vista sob duas perspectivas: a comunidade local e a sociedade como um todo.

Podemos considerar como bom exemplo de caso a instalação de um empreendimento hidrelétrico. Quando um projeto desse porte é conduzido pelo poder público de forma republicana, deve ter como premissa a obtenção de benefícios coletivos. A geração adicional de energia elétrica, por exemplo, favorece o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral.

No entanto, a construção de um grande empreendimento traz consigo impactos negativos, sobretudo sobre as comunidades locais e o meio ambiente. Entre esses impactos, podemos citar a realocação de comunidades, mudanças na paisagem, alterações no curso dos rios e transformações na infraestrutura existente.



UMA LINHA ENTRE BENEFÍCIOS E A DESIGUALDADE

Embora existam impactos positivos, como o aumento de empregos locais e o desenvolvimento econômico, os impactos negativos persistem, e são sentidos principalmente pelas comunidades locais.

Isso acontece pelo fato de não haver uma proporcionalidade na distribuição dos impactos negativos e positivos entre os envolvidos.

Enquanto a coletividade obtém ganhos relativos ao maior desenvolvimento econômico, alguns grupos se veem extremamente prejudicados: indivíduos e famílias que precisam deixar o seu local de moradia e de produção.

Diante disso, podemos observar uma complexidade de conflito de direitos em várias dimensões:

❖ Direito da coletividade geral **vs.** direito das comunidades locais;

❖ Direito da coletividade geral **vs.** direitos individuais dos afetados localmente;

❖ Direito da comunidade local **vs.** direitos individuais de seus membros.

É a partir disso que se deriva a complexidade da busca por soluções ideais na implantação de projetos desse porte e na compensação dos impactos. A consultoria ambiental, frequentemente chamada para mediar esses conflitos, assume um papel importante neste processo, que muitas vezes acaba chegando à esfera judicial.

OS BENEFÍCIOS COMPENSAM OS DANOS?

A viabilidade ambiental de um empreendimento é tema central na discussão política: os efeitos benéficos da geração adicional de energia compensariam os eventuais danos?



Com base nesta pergunta fundamental e, após estudos técnicos detalhados e especializados, supervisionados pelos órgãos ambientais, o poder público, que deve atuar como porta-voz da sociedade, decide pela implantação ou não do projeto.

É justo, ao reconhecer os direitos das minorias, que a sociedade beneficiada compense as comunidades e indivíduos locais afetados. Se bem conduzido, com consultoria adequada e independente, espera-se uma compensação justa, ainda que isso eleve os custos de implantação e operação da usina, impactando o custo final da energia para os consumidores.

A grande questão que permanece, então, é o reconhecimento justo dos direitos das minorias, no caso as comunidades e os indivíduos locais. Afinal, existe uma tendência de que as decisões sejam baseadas na vontade expressa pela maioria.

ENTÃO, DE QUEM É A RESPONSABILIDADE?

A questão mais delicada reside no valor incalculável das perdas imateriais, como deixar para trás lares, vizinhanças e lugares de valor histórico e afetivo. Tais impactos, por sua natureza subjetiva, muitas vezes são negligenciados em termos de compensação. Como calcular isso?

Com isso, a dimensão do impacto, nessas condições, deriva de uma interpretação subjetiva, só compreendida pelo indivíduo ou comunidade atingida. A compensação deve ir além de recursos financeiros, incluindo programas diversificados que compõem o processo de compensação socioambiental.

Neste contexto, a atuação da consultoria ambiental torna-se ainda mais relevante para mediar compensações mais justas e abrangentes.



No Brasil, os custos ambientais são assumidos pelo empreendedor, que faz a contratação direta da consultoria ambiental, eventualmente, comprometendo a independência do trabalho realizado.

Que o custo ambiental recaia sobre o empreendimento para ser repassado depois à sociedade pelo preço dos serviços parece ser operacionalmente mais apropriado, mas isso não deveria implicar no processo de contratação direta.

Há que se reconhecer que existem casos de oportunistas que, assessorados por aparatos advocatícios, se aproveitam do processo para benefício próprio. Instigam e prometem ganhos exagerados aos pouco instruídos, prejudicando um processo de compensação justo.

Infelizmente, estes poderão se aproveitar da situação, tomando para si, recursos que poderiam ser mais bem distribuídos.

É POSSÍVEL REPARAR OS DANOS?

Essa é a principal função dos Programas Ambientais nas etapas de construção de soluções que evitam, revertem, mitigam e, por fim, compensam os impactos causados pelos empreendimentos.

No caso específico de deslocamento de populações, existem Programas de Reassentamento, Assistência Técnica, Indenizações, Programas de Reparação Social, Resgate Cultural, entre outros, que atuam diretamente com as comunidades afetadas.

HUMANIZANDO O PROCESSO PARA **GARANTIR** **DIREITOS** **COLETIVOS E** **INDIVIDUAIS**

É preciso reconhecer os direitos das minorias em oposição à vontade da maioria. Favorecer o desenvolvimento de uma consultoria socioambiental o mais independente possível permitiria maior humanização deste processo.

Indispensável, também, considerar a construção participativa de soluções, recomendada pelos órgãos licenciadores, para mitigar impactos em comunidades.

Não menos importante, possibilitar consultas públicas, reuniões de diagnóstico e a participação ativa das comunidades para garantir que as soluções sejam justas e duradouras.

Este processo participativo evita retrocessos e limita a atuação de oportunistas que possam tentar se beneficiar indevidamente da situação. A transparência nas negociações e o envolvimento de todos os interessados garantiriam o respeito aos direitos e que as compensações sejam devidamente aplicadas.

É inegável que um país precisa recorrer aos seus recursos naturais para promover o desenvolvimento e o bem-estar de sua população. Contudo, esse caminho deve ser trilhado com cuidado, e resolver as questões ambientais, no sentido estrito e ecológico, é apenas o primeiro passo.

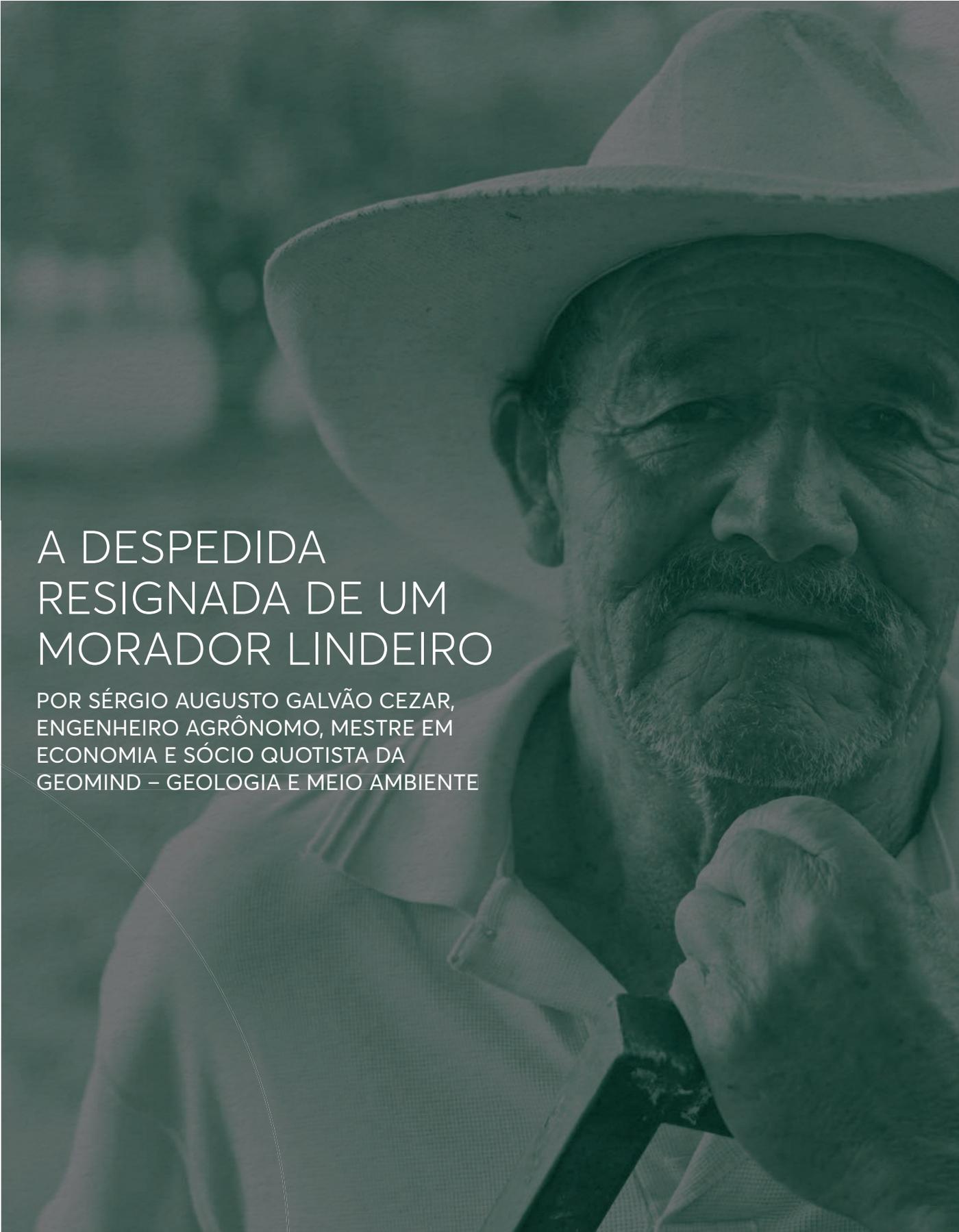
A viabilidade ambiental é importante para um empreendimento, mas não suficiente. O verdadeiro desafio surge quando consideramos as questões sociais, especialmente sobre as populações locais diretamente impactadas.

É uma equação que pode parecer simples: poucos perdem e muitos ganham, mas a solução exige um pouco mais. Requer empatia, respeito e um compromisso genuíno com a justiça. Se muitos são os beneficiados, cabe a cada um contribuir com uma pequena parte dessa compensação, que se refletirá no preço do produto gerado – a energia, no nosso caso.

Ela deve servir como ponte entre as necessidades de crescimento de uma nação e a preservação dos direitos daqueles que são mais vulneráveis a essas transformações.

Refletir sobre isso é reconhecer que o progresso só será verdadeiro se for compartilhado por todos, respeitando tanto o meio ambiente quanto os indivíduos que nele habitam. A verdadeira sustentabilidade está em equilibrar o desenvolvimento com a dignidade humana.

A MISSÃO DA
CONSULTORIA
AMBIENTAL,
EM GRANDES
EMPREENDIMENTOS,
É **PROMOVER A
APROXIMAÇÃO
HUMANIZADA**
ENTRE O
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E
O EQUILÍBRIO
SOCIOAMBIENTAL.



A DESPEDIDA RESIGNADA DE UM MORADOR LINDEIRO

POR SÉRGIO AUGUSTO GALVÃO CEZAR,
ENGENHEIRO AGRÔNOMO, MESTRE EM
ECONOMIA E SÓCIO QUOTISTA DA
GEOMIND – GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE



Abordado pela equipe de diagnóstico da agricultura familiar em área que seria requerida para a construção de uma usina hidrelétrica, um entrevistado se apressou em afirmar:

“Eu não sou contra a construção da usina, se precisar saio daqui quando me for pedido. Não posso ser um empecilho para o progresso. Tenho poucas coisas mesmo... Quase nada. Me preocupa somente ter que deixar minha esposa que está sepultada no local. Deixarei com tristeza, mas o que se há de fazer?...”

Resignado e indefeso, diante de técnicos altamente preparados. Essa é a situação frequente que se dá nas negociações sobre indenizações e desocupações das áreas requeridas, reforçando a necessidade de programas contínuos de reparação social e assistência aos atingidos na compreensão e reconhecimento de seus direitos, para atender casos como esses e outros.

Este caso ilustra a simplicidade e, até mesmo, ingenuidade, de um morador lindeiro e indica o quão frágil seria a defesa de seus direitos. Me causou forte impressão e induziu a uma reflexão profunda sobre minha trajetória na área de consultoria ambiental.



SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO: como as empresas brasileiras podem liderar o futuro do ESG

• POR JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA LOBATO, DIRETOR DE SUSTENTABILIDADE E NOVOS NEGÓCIOS DA QCP

A constante mudança da economia global e dos negócios incentivam que empresas se comprometam cada vez mais em promover a responsabilidade ambiental, iniciativas sociais e governança corporativa.

SUSTENTABILIDADE JÁ NÃO É MAIS PAUTA ADJACENTE, MAS PRIORIDADE EM QUALQUER NEGÓCIO.

Valores alinhados ao ESG tornam empresas mais competitivas, resilientes e inovadoras, com maior credibilidade e reputação perante investidores e consumidores, proporcionando relações de confiança, colaboração e permanência.

Há crescente valorização de posturas responsáveis e expectativa da sociedade por empresas conscientes de seus impactos, que modificam suas ações no presente para colaborar com um futuro diferente - e, do ponto de vista ESG, ele promete ser desafiador.

A nova edição da Pesquisa Panorama ESG revela que 71% das empresas brasileiras estão adotando práticas ESG em 2024, um aumento expressivo em relação ao ano anterior, cujo índice era de 47%.

Mas, para uma real transformação, a preocupação com a sustentabilidade deve estar inserida no propósito de uma empresa e em suas declarações corporativas. Portanto, antes de definir objetivos e alinhar metas às diretrizes da ONU, é fundamental compreender o próprio modelo de negócio e impacto.



DE QUEM É A RESPONSABILIDADE DE LIDERAR A AGENDA ESG?

Ainda de acordo com a pesquisa, a responsabilidade recai especialmente nos executivos de organizações, para que desenvolvam estratégias e boas práticas: a liderança da agenda está nas mãos especialmente dos CEOs (77%), com o apoio do governo (67%).

Para garantir que as práticas ESG tenham sucesso nas organizações, é imperativo pensar em ações como a capacitação e desenvolvimento de colaboradores, a integração da sustentabilidade na estratégia de negócios e previsão de orçamentos específicos, além de recursos financeiros para viabilizar as iniciativas.

Todas essas ações podem ser delimitadas em um planejamento estratégico, que dará à organização visão mais clara do futuro para liderar sua própria jornada e ganhar força para engajar pessoas na causa.

Com abordagem estruturada, melhoria pode ser sentida na eficiência e impacto, garantindo também crescimento sustentável e responsável a longo prazo.

ESTABELECECER UMA **AGENDA ESTRATÉGICA DE SUSTENTABILIDADE**, PORTANTO, É PONTO DE PARTIDA FUNDAMENTAL PARA DESENVOLVER UM NEGÓCIO COM MENOS RISCOS E IMPACTOS MAIS POSITIVOS.

O FUTURO DO ESG É COLABORATIVO

A saúde financeira de uma empresa, isoladamente, já não é mais suficiente para atrair investidores. Uma caminhada compartilhada nos leva mais longe, e isso vale também para a prosperidade dos negócios no contexto do ESG.

PRINCÍPIOS ESG EM DECISÕES ESTRATÉGICAS

- *Análise do contexto das partes interessadas*
- Sistematização de **avaliação de riscos e oportunidades**
- Consideração de impactos além dos financeiros para **maximizar o valor sustentável a longo prazo**
- Sistematização de **medição e comunicação dos resultados e impactos**



É fato que nenhuma empresa pode resolver todos os problemas do mundo sozinha. Colaborar com a solução de problemas sistêmicos tornou o processo administrativo mais estratégico.

Uma agenda ESG estratégica também aumenta a geração de valor financeiro e oportunidades de mercado - e, para aproveitá-las, deve ter direção e foco claro para essas colaborações, considerando os riscos, oportunidades e impactos relevantes para as partes envolvidas.

INOVAÇÃO E ESG: UMA AGENDA COMPARTILHADA

Inovação e ESG são aliados: novas tecnologias e metodologias trazem soluções estratégicas aos problemas socioambientais emergentes.

Tecnologias sustentáveis têm se destacado como uma das principais

tendências do mercado e fomentando setores como energia renovável, eficiência energética, transporte e agronegócio.

A agricultura de precisão, por exemplo, atua em um dos principais problemas ambientais no Brasil, a necessidade de novas áreas para expansão da produção. Essa tecnologia alia a produtividade à redução do impacto, e que está em expansão, prometendo um crescimento de 61% até 2026.

Essa inovação é um dos principais drivers que impulsiona as agtechs, modelos de negócios que operam com inovações no agronegócio, e o Brasil já lidera o mercado na América Latina, compondo 76,5% do total, de acordo com o relatório Agtech Report 2023.

O transporte elétrico também é inovação que está no centro do palco da transição para mobilidades mais sustentáveis. Energia solar segue como alternativa sustentável e acessível, e as baterias de armazenamento de energia complementam a maximização das energias renováveis.

É importante destacar a Internet das Coisas (IoT), tecnologia emergente que conecta dispositivos físicos em uma rede interconectada, permitindo a coleta e o compartilhamento de dados através da internet.

Outras ferramentas e abordagens promissoras de atuação abrangente são: produção mais limpa e circular, transporte e mobilidade sustentável, processos NET-Zero, com balanços positivos de externalidades e valorização de serviços ambientais.

ESG: PERSPECTIVAS DE MENSURAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Não existe atualmente órgão específico de gestão do ESG no país, tornando um desafio para a mensuração e compreensão concreta da direção e progresso destas iniciativas.

É concebível que o governo ou entidades privadas criem um órgão regulador num futuro não tão distante, diante do crescimento desta agenda.

Enquanto isso, algumas empresas já estão fazendo a sua parte e atuam no Brasil como bússolas de boas práticas e mapeamento de impacto.

A B3, Bolsa de Valores do Brasil, lançou recentemente o **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**, com orientação de boas práticas de sustentabilidade e governança para investidores e empresas, promovendo transparência e visibilidade.

O GRI, Global Reporting Initiative, tem inspirado diretrizes, permitindo que empresas brasileiras se alinhem aos padrões globais ao fornecer uma estrutura sólida e reconhecida internacionalmente.

Temos também o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, uma coalizão que reúne empresas de diversos setores comprometidas com o desenvolvimento sustentável.

O CEBDS atua como uma plataforma de diálogo entre empresas, sociedade civil e governo, contribuindo para a formulação de políticas públicas e iniciativas empresariais voltadas ao ESG.

A partir deste ano, empresas de capital aberto listadas na B3 poderão reportar voluntariamente suas informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (indicadores ESG), e se tornará obrigatória esse relatório a partir de 2026.

INTEGRANDO UM PROGRAMA DE JORNADA ESTRATÉGICA ESG NA PRÁTICA

Implementar metas de sustentabilidade pode ser desafiador, exigindo



estratégia, repertório, experiência, conhecimento do setor, boas práticas e soluções específicas.

Com expertise de mais de 20 anos em políticas públicas e terceiro setor, a QCP oferece programa estratégico com ferramentas adaptadas a cada realidade institucional, focando tanto na responsabilidade socioambiental quanto no desempenho e rentabilidade.

Desenvolvemos e implementamos estratégias, políticas, produtos e serviços que geram valor por meio de práticas socioambientais inovadoras. Em ações moldadas conforme a ne-

cessidade e demanda, cria-se oportunidades de ganhos reputacionais e operacionais.

Com isso, auxiliamos empresas a se tornarem ambiental e socialmente responsáveis, melhorando sua sustentabilidade e reduzindo o impacto negativo socioambiental.

A crescente demanda de ações ESG reforça que a sustentabilidade não é mais uma opção, mas objetivo de empresas e negócios que querem se manter atualizados para os novos tempos e prosperar a longo prazo - e essa jornada pode começar agora.

CONHECIMENTO E INOVAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

As iniciativas da QCP incluem análise ESG, relatórios GRI, acordos setoriais e regulamentações específicas. Avaliamos práticas como emissões de GEE, consumo de energia, resíduos, poluentes, uso de água e cadeia de suprimentos.

Avaliação e melhoria contínua

Identificamos áreas de melhoria e desenvolvemos planos detalhados, utilizando Avaliação do Ciclo de Vida e Pegadas Ecológicas, de Água e de Carbono.

Conformidade ambiental e social

Garantimos conformidade com regulamentos ambientais, abordando também questões sociais como direitos humanos, diversidade, práticas trabalhistas e governança com foco em transparência.

IMPLEMENTAÇÃO ESG: ABORDAGENS DA QCP

- ✓ Integração da sustentabilidade na estratégia
- ✓ Gestão sustentável da cadeia de suprimentos
- ✓ Gestão do investimento social privado
- ✓ Promoção da cultura ESG
- ✓ Elaboração de relatórios de sustentabilidade





COMO ATUAMOS

Estudo do contexto organizacional

Realizamos análise detalhada e co-criação de mapas estratégicos que integrem a sustentabilidade como diferencial competitivo.



Implementação da sustentabilidade

Desenvolvemos ambientes propícios, incorporando avanços à cadeia de valor e cultura organizacional, tornando a empresa protagonista na criação de uma realidade sustentável.



Comunicação e normas

Apoiamos na criação de relatórios de sustentabilidade e comunicação com stakeholders, e auxiliamos na implementação de normas e certificações como ESG, GRI e SASB.



Gestão de redes e inovação

Aplicamos inteligência de mercado para identificar problemas e soluções criativas. Utilizamos Design Thinking e metodologias ágeis para inovação e melhorias contínuas com ferramentas como PDCA.



PACUERA DA USINA HIDRELÉTRICA JIRAU: desafios, impactos e participação pública na revisão

• ENTREVISTA COM LEANDRO MATHEUS PIERONI, GEÓLOGO E SÓCIO
DIRETOR DA GEOMIND - GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE



Foto: Jirau/10 anos - alemdaenergia.engie.com.br/jirau-completa-10-anos/

Em Jaci Paraná, no Estado de Rondônia, fica localizada a Usina Hidrelétrica Jirau, a quarta maior geradora de energia elétrica do Brasil em capacidade instalada. A gestão sustentável das áreas ao redor do reservatório da usina é assegurada por meio de um documento de planejamento estratégico.

O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA) é revisado a cada dez anos com o objetivo de equilibrar o uso do entorno do reservatório e as ocupações, tanto as novas quanto as já existentes.

Uma proposta estabelecida pelo IBAMA, que garante também a conformidade com as novas leis ambientais federais.

A QCP participou da mais recente atualização do PACUERA UHE Jirau em 2023, colaborando com recomendações de possíveis ações que podem ser adotadas, além de cuidados que devem ser aplicados, sobretudo em Áreas de Preservação Permanente.

O geólogo Leandro Matheus Pieroni atuou como Gerente de Meio Ambiente no processo de revisão e elaboração do PACUERA, sendo um dos profissionais da equipe multidisciplinar que trabalhou em sinergia nesse processo..

Ajustes consideráveis foram necessários nesta atualização, de acordo com o especialista. Mas, para além dos benefícios de conservação, houve também mudanças na percepção do envolvimento do poder público e da população neste processo.

Quais foram os principais desafios e perspectivas de impacto durante a revisão, além das mudanças e soluções aplicáveis?

Mais importante que elaborar o documento, é garantir a transparência da informação e o diálogo com o público de interesse. Então, sem dúvida, o maior desafio foi apresentar o Plano para a comunidade.

Elaboramos, para isso, uma metodologia de relacionamento construtivo e de engajamento, com aproximação do poder público às localidades do entorno do empreendimento hidroelétrico.

Esse conjunto de ações foi primordial para que todos pudessem acessá-lo de forma prática, didática e eficaz.

O planejamento e realização desta etapa foi a parte mais desafiadora, mas os resultados foram muito satisfatórios, pois tivemos boas avaliações do poder público e das instituições envolvidas.

Quais foram os impactos sociais e econômicos observados nas comunidades locais?

O objetivo principal do PACUERA é ordenar os usos potenciais e restrições ambientais da área de abrangência, portanto, em caráter eterno, passível apenas de atualizações ou ajustes pontuais conforme a dinâmica do meio socioeconômico, principalmente.

Como o Plano foi aprovado recentemente pelo IBAMA, tais indicadores poderão ser dimensionados de forma mais concreta no decorrer do tempo.

Após a aprovação, a utilização dele como referência para o planejamento da ocupação e aproveitamento dos potenciais ou preservação é feita pelo poder público. Estamos falando de uma ferramenta riquíssima que pode ser uma diretriz para o desenvolvimento da região.

Agora, cabe à Prefeitura de Jaci Paraná incorporá-lo ao Plano Diretor como referência oficial no planejamento do território.

Isso porque todo o zoneamento proposto, desde usos potenciais até restrições ambientais, foi discutido com as comunidades, então o processo de sensibilização, conscientização e responsabilização já representa um crédito marginal considerável, e reflete na melhor qualidade de vida, tanto no aspecto social, quanto econômico.

Poderia compartilhar a história ou caso de alguma comunidade impactada pelo reservatório?

Na UHE Jirau, em Rondônia, houve uma ação de destaque, que promoveu a mobilização completa de uma comunidade denominada Mutum Paraná. A área foi diretamente afetada pelo enchimento do reservatório, e o empreendedor construiu uma nova localidade com infraestrutura completa.

Com isso, houve a realocação de toda a comunidade para uma área mais bem estruturada, com acesso facilitado a serviços públicos diversos, saúde, educação, saneamento, dentre outros, que refletem em melhor qualidade de vida.

O PROCESSO DE CONSULTAS À POPULAÇÃO, POR SI SÓ, JÁ REPRESENTA UM GANHO QUALITATIVO.

Com relação a atividades econômicas existentes, é legal apontar as mineradoras de dragagem de ouro que historicamente são realizadas no rio Madeira, onde foi construída a UHE Jirau.

Desde o início da implantação, o posicionamento do empreendedor foi favorável à possibilidade de coexistência desta atividade com o reservatório, o que acabou por incentivar a regularização das práticas e o fortalecimento das cooperativas locais, que hoje atuam de forma mais organizada na área do reservatório.

Quando falamos de impacto, naturalmente pensamos em algo negativo. Mas, como podemos observar, o incentivo da UHE Jirau para continuidade e suporte para regularização e

adequação ambiental das atividades de extração de ouro, têm um **impacto positivo**.

A implantação da solução encontrada de incentivo à regularização e continuidade é tão desafiadora quanto os impactos considerados negativos e passíveis de mitigação.

É importante pontuar que, durante o processo de implantação de um empreendimento hidrelétrico deste porte, os impactos são avaliados de forma bastante abrangente.

Isso vai desde os impactos diretos, que envolvem processos de relocação de moradores, até impactos indiretos em seu entorno. A partir de toda essa avaliação, são dimensionadas as ações mitigatórias e compensatórias.



Como a participação pública foi importante para a transparência e inclusão durante o processo de revisão?

Após a revisão textual inicial e a consolidação dos produtos de comunicação social do PACUERA, o contato direto com o público, tanto comunidade como instituições relacionadas, foi primordial.

Por isso, existe um documento apêndice ao PACUERA: o Plano de Comunicação Social. A partir dele, são dimensionadas as estratégias de divulgação, especialmente do zoneamento proposto.

A escolha dos locais de realização das consultas e todo o trabalho de divulgação, por meio da distribuição de folders "porta a porta", cartazes, faixas, carros de som, dentre outros, permitiram uma boa participação do público nesta etapa inicial de inclusão.

Em seguida, adotamos uma metodologia de apresentação formal de conteúdo nas reuniões de consultas prévias, com atenção à linguagem acessível e apresentações esquemáticas e intuitivas, adotadas também nos materiais de divulgação, como a Cartilha Explicativa do PACUERA.

Ainda que os estudos tenham sido criteriosos, o conhecimento e a vivência dos comunitários são informações valiosas e imprescindíveis a serem consideradas. Para conseguirmos essa proximidade, na segunda parte das reuniões de consultas prévias, adotamos uma metodologia mais dinâmica e participativa.

Aplicamos técnicas de mapa mental, que permitiram a interação do público para demonstrar a relação das pessoas com o espaço, seu estilo de vida e as atividades que realizam. Todas essas informações foram registradas, analisadas e confrontadas com o zoneamento proposto.

Essa fase de adequação da comunicação à realidade local trouxe a maior precisão possível ao ordenamento territorial proposto na revisão.



O PACUERA É PARA A COMUNIDADE, É PARA O PÚBLICO, ENTÃO A PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS DEVE SER E FOI DEVIDAMENTE VALORIZADA.



Além disso, é importante mencionar as instituições que possuem relação com os temas do PACUERA, especialmente as Secretarias Municipais e Estaduais de Planejamento, Meio Ambiente e Agricultura, e o IBAMA.

Para o engajamento desses e de muitos outros órgãos, foram realizadas visitas presenciais pela equipe técnica, com breve apresentação do tema e convites para a participação no processo de consultas à população.

Essas ações também foram importantes, e seus efeitos puderam ser observados durante as consultas, com a participação expressiva dos

órgãos públicos e mesmo privados, especialmente na Consulta Pública de aprovação do PACUERA.

Quais são as tecnologias e métodos atuais que estão sendo usados para gerir áreas dos reservatórios artificiais e como elas são efetivas?

A apropriação de recursos tecnológicos avançados tem permitido realizar uma gestão bastante efetiva em reservatórios. Gosto de mencionar especialmente as **técnicas de sensoriamento remoto**. Para a UHE Jirau, por exemplo, são adquiridas imagens aéreas de todo o reservatório e entorno, com atualização diária e de ótima resolução.



Esses cruzamentos automáticos de imagens, em dias sequenciais, podem acusar alterações mínimas de ambiente, como início de desmatamento, construção de benfeitorias irregulares em áreas preservadas, focos de queimadas, desencadeamento de processos erosivos, dentre muitos outros.

**COM ISSO,
É POSSÍVEL
ADOTAR
MEDIDAS
REPARADORAS
QUASE EM
TEMPO REAL.**

Ações de monitoramentos periódicos também podem ser feitas por meio de Programas Ambientais, que são definidas no processo de licenciamento e abarcam temas como hidrologia, limnologia, variações de nível do reservatório e do lençol freático, controle de nível operacional do reservatório, com alta precisão.

Os resultados são avaliados de forma integrada, de acordo com a interface entre Programas, permitindo afirmar que a gestão de reservatórios artificiais atualmente é bastante eficaz, sendo extremamente raros eventos ambientais adversos.

Qual ponto de perspectiva de impacto você gostaria de destacar sobre o projeto?

Especialmente na área ambiental, o conceito de impacto positivo vem sendo mais difundido, pois são alterações do meio ambiente, ou proposição de ordenamentos, que promovem ganhos, recuperação e melhorias.

O PACUERA se enquadra neste aspecto como um documento importante do processo de licenciamento, pois reúne um volume grande de informações, com foco no uso direcionado para promover melhor aproveitamento dos espaços, valorização e conservação de áreas vulneráveis.

Então, o Plano está ligado a uma ação de impacto positivo que, ainda que seja previsto como obrigatório no Código Florestal, vem sendo cada vez mais valorizado e aprimorado em empreendimentos hidrelétricos.

Quais benefícios além da conservação do meio ambiente você destacaria?

Sem dúvida, a conexão com a comunidade, algo que reforça a necessidade de preservação de ambientes vulneráveis, incluindo áreas já destinadas oficialmente para conservação e as áreas mais sensíveis, que possuem baixo potencial de aproveitamento econômico.

A demonstração das vantagens de preservação destes setores do zoneamento, além das possíveis penalidades em caso de descumprimento, por si só promovem a sensibilização das comunidades.

Durante os diversos contatos com o público, destacamos sempre a importância da regularização fundiária, para composição de reserva legal da propriedade e das vantagens que podem ser obtidas com o Cadastro Ambiental Rural.

Outro benefício que é nitidamente apontado são os usos potenciais,

divididos principalmente em potenciais agropecuários: aptidão agrícola, turísticos, minerários e comércios e serviços.

Isso significa que o PACUERA também contribui no direcionamento dos potenciais de cada local ou zona, permitindo melhor planejamento de investimentos e aproveitamento econômico.

Qual mensagem de aprendizado você gostaria de compartilhar sobre o projeto?

Toda a experiência de elaboração e aprovação deste Plano nos trouxe percepções importantes, especialmente sobre a possibilidade de melhorias na participação do poder público durante o processo.

Ainda que sejam envidados muitos esforços para engajar os órgãos públicos, a participação ainda é tímida. Ações metodológicas adicionais, e mesmo prévias à elaboração, podem ser aprimoradas, a começar pela assunção de responsabilidade de diversos órgãos, e não só do IBAMA.

É um trabalho técnico, multidisciplinar, sinérgico, mas carece ainda de melhores políticas públicas específicas.

CASE

ARCADIS PMED - PROGRAMA DE MINIMIZAÇÃO DE EFEITOS DA DESMOBILIZAÇÃO:

Dentro do planejamento de redução de impactos de grandes obras, olhamos não apenas para os riscos ambientais, mas também o vetor social desse tipo de empreendimento e suas dinâmicas humanas.

Em 2021, a QCP atuou junto com a Arcadis Engenharia e à Neoenergia na redução de impactos na desmobilização das obras de uma Linha de Transmissão na região do Jalapão.

Ao falar de impacto social, pensamos principalmente na vinda de trabalhadores de outras regiões e sua instalação momentânea em um território para o trabalho.

Esse fenômeno possui impactos diversos no tempo: em um primeiro momento, é sentido um boom econômico pela demanda de consumo de bens básicos pelos trabalhadores e suas famílias, como habitação, consumo, roupas e lazer.

A região deve ser preparada para a chegada desse volume de mão de obra previamente ao início das obras. Após a conclusão do empreendimento, temos novos riscos: tanto o encerramento de contrato de uma massa muito grande de trabalhadores, que agora se encontram na região, bem como a diminuição da demanda dos serviços locais, que se adequaram à nova realidade das obras.

Foi nesse segundo contexto que a QCP trabalhou no desenvolvimento de material técnico para realização de oficinas com o público de cinco municípios, a fim de preparar e minimizar os riscos indicados acima. Foram quatro temas desenvolvidos.

Para o poder público local, foi desenvolvido um material de Planejamento Estratégico para o uso dos recursos obtidos durante as obras. Já para os microempreendedores da região, foram desenvolvidos três materiais sobre Planejamento Financeiro, Empreendedorismo e Desenvolvimento Local.

Nessas oficinas, a iniciativa foi munir o público de conhecimento técnico para que os recursos obtidos durante o período de obras ganhassem sustentabilidade no tempo, de modo que eles se tornassem investimentos dentro de uma visão de futuro para a região.

Além das oficinas, o PMED também previu o cadastramento dos trabalhadores da obra e criação de um banco de dados para reinserção no mercado de trabalho.



AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

PENSANDO EM NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA FLORESTA AMAZÔNICA

• POR MARÍLIA MIGLIORINI OLIVEIRA LIMA E
BRAUNER GERALDO CRUZ JUNIOR,
PESQUISADORES E CONSULTORES DA QCP



Trabalhar com sustentabilidade nas políticas públicas de diferentes esferas de atuação é **lidar com a diversidade de públicos e contextos**, inserindo-os como componentes fundamentais para o planejamento de ações em um determinado território.

Diante deste importante passo, uma verdadeira janela de oportunidades se apresenta para que sejam estruturadas novas formas de desenvolvimento da floresta, notadamente, em regiões como a Floresta Amazônica.

A Amazônia se destaca como um ponto vital para o futuro dos modelos de desenvolvimento socioeconômico globais. Organizações que atuam na região afirmam que ela pode desempenhar um papel central na promoção das mudanças econômicas necessárias para um crescimento que seja tanto sustentável quanto socialmente responsável.

Contudo, apesar de seu imenso potencial, a **população amazônica ainda enfrenta altos níveis de vulnerabilidade socioeconômica**. Um recente estudo da FGV Social¹ revela que a região enfrenta taxas alarmantes de extrema pobreza.

Considerar esses habitantes ao lidar com políticas públicas sustentáveis no contexto amazônico significa elaborar estratégias que possibilitem que eles se beneficiem das novas oportunidades oferecidas por modelos de desenvolvimento emergentes, que priorizam a economia da floresta e a inclusão social.

1. NERI, Marcelo C. "Mapa da Nova Pobreza", Marcelo Neri – 40 págs, Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV Social. (inclui anexo em separado com atlas de pobreza) Disponível em: <<https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>>

É um desafio posto: alinhar oportunidades de geração de renda e desenvolvimento socioeconômico da população a uma forma de produção que potencialize a floresta e seus recursos.

ENTÃO, COMO ENFRENTÁ-LO?

Tratar de um território como a floresta amazônica significa considerar uma multiplicidade de realidades e configurações que, sem seu devido conhecimento, torna-se impossível de propor algo que irá contribuir de maneira efetiva para seu desenvolvimento.

Portanto, uma das tarefas essenciais e iniciais é a pesquisa, por meio de dados secundários, como mapas, gráficos e índices, bem como produções bibliográficas sobre a região, que nos permitem traçar um panorama da região.

Nesta primeira etapa diagnóstica, é interessante que sejam abordados aspectos como:

- ✓ História do local e das suas sub-regiões
- ✓ Produtos mais explorados economicamente e os mais abundantes

- ✓ Cadeias produtivas mais relevantes
- ✓ Questões preocupantes como desmatamento e conflitos fundiários
- ✓ Dados demográficos, que indiquem o perfil etário, a renda, escolaridade, entre outros elementos da população local; entre outros itens que sejam considerados essenciais.

Em seguida, é fundamental **mapear os atores sociais e instituições mais relacionadas ao tema do desenvolvimento socioeconômico** e sustentável que possuem alguma atuação na região.





Pesquisar, listar, localizar e conhecer as iniciativas de fundações, ONGs, governos subnacionais, organismos internacionais, entre outros stakeholders que podem atuar como parceiros em um eventual projeto ou indicar que determinada estratégia já está sendo implementada naquela região.

DESENHANDO UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A FLORESTA

A partir do levantamento de dados e reflexão sobre o que aquele contexto apresenta, é possível começar **a desenhar algumas possibilidades, sempre tendo em vista que o sucesso de um projeto depende diretamente do estabelecimento de metas claras e**

factíveis, além de um plano de ação estruturado e planejado no tempo.

Além disso, para ser efetivo, o projeto de desenvolvimento precisa ser construído junto aos atores locais, que serão os verdadeiros protagonistas do processo. Isso significa a previsão de momentos de escuta e trabalho conjunto, além de apresentação e validação do plano, garantindo que as ações sejam realistas.

No caso específico da região amazônica - uma área que guarda imenso potencial combinado a desafios socioambientais importantes - **a inclusão socioprodutiva deve, necessariamente, ser pensada junto a estratégias de preservação ambiental.**

É PRECISO, PORTANTO, OLHAR ALÉM DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS CONVENCIONAIS, **FOCANDO EM ATIVIDADES QUE GERAM RIQUEZA** ENQUANTO MANTÊM A FLORESTA EM PÉ.

Felizmente, essa narrativa tem ganhado maior adesão, na medida em que os efeitos das mudanças climáticas se avolumam, o que é ilustrado por iniciativas bem-sucedidas que fazem da preservação um ativo para agregar valor à atividade econômica.

Exemplos como estes podem ser utilizados como inspiração, sempre com o cuidado de respeitar características e vocações locais.

Para além dos casos de sucesso, a intervenção na floresta apresenta algumas possibilidades únicas que podem ser aproveitadas, como por exemplo, a exploração do recém regulado mercado de crédito de carbono.

A adoção de estratégias inovadoras para geração de riqueza e desenvolvimento é uma oportunidade que depende de conhecimento técnico, articulação com instituições especializadas e, principalmente, um desenho

que garanta a distribuição de riqueza para as camadas mais pobres, o que, no entanto, também apresenta um potencial imenso para resultados.

É certo que planos de desenvolvimento para a realidade da floresta apresentam desafios consideráveis; por outro lado, também contam com oportunidades de financiamento, o que garante pelo menos a implementação inicial do projeto.

Podemos citar como exemplo o Fundo Clima, instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima, que tem como finalidade financiar projetos, estudos e empreendimentos que visem à redução de emissões de gases de efeito estufa e à adaptação aos efeitos da mudança do clima.

Independente do desenho, dois elementos ainda devem ser considerados neste esforço: **plano de governança e de comunicação.**

O estabelecimento de uma governança que organize as diferentes capacidades institucionais, estatais, comunitárias e associativas e de mercado é essencial não apenas para a efetividade da intervenção, mas também para sua legitimidade.

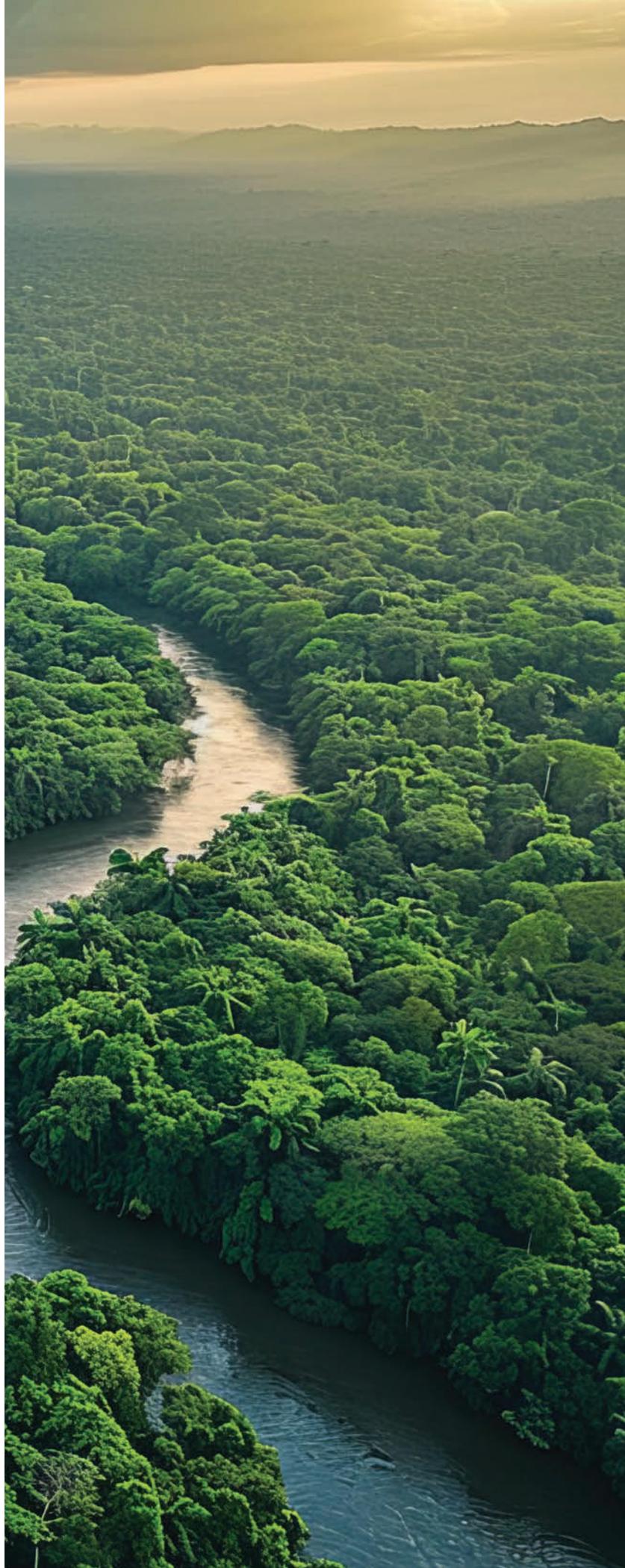
Por outro lado, associado ao plano de governança, o plano de comunicação funciona enquanto mecanismo de divulgação, de engajamento comunitário e de transparência, operando para diminuir eventuais resistências.

DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO: UM CAMINHO INEVITÁVEL

Não há uma fórmula perfeita para promover o desenvolvimento no contexto da floresta, combinando inclusão e preservação ou conservação do meio ambiente.

As estratégias apresentadas são passos que podem e devem ser pensados, modificados e aprimorados de acordo com o contexto: estamos tratando de um terreno novo, aberto a novas ideias e experimentações.

Porém, uma certeza: esse movimento será cada vez mais intenso, na medida em que a emergência climática ganha mais importância - e urgência - na agenda política.



DESENVOLVIMENTO E CONEXÃO

CONECTANDO PESSOAS E MEIO AMBIENTE NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

• **POR** LUIZ HENRIQUE APOLLO DA SILVA E CAIO MOMESSO, PESQUISADORES E CONSULTORES DA QCP



Vivemos em contextos de tragédias ambientais recorrentes e, infelizmente, inevitáveis. O debate público nos traz hoje a ideia de adaptação às transformações do clima.

No entanto, seus efeitos podem ser amenizados com ações de políticas públicas preventivas e a redução de impactos em negócios.

Ter um posicionamento ambientalmente e socialmente sustentável exige um olhar clínico das instituições e das organizações para mitigar processos de desintegração do ser humano com o meio ambiente.

Além de conscientização, para construirmos novas práticas que não nos sejam prejudiciais, precisamos de planejamento, inteligência de análise e avaliação condizentes com os an-

POR ISSO, PARTIMOS DO PRESSUPOSTO DE QUE NÃO EXISTE TRANSFORMAÇÃO COM IMPACTO POSITIVO SEM PRÁTICAS QUE VISAM ELEVAR A RELAÇÃO DE PERTENCIMENTO COMUNITÁRIO COM INCLUSÃO SOCIAL

seios da população e dos territórios, atentos aos riscos que estamos sofrendo globalmente e em reconexão com a vida em harmonia.

Com o objetivo de mostrar que é possível pensar em planos de sustentabilidade com a integração da sociedade e meio ambiente, vamos apresentar algumas práticas importantes.

ARTICULAÇÃO DE DADOS, COMUNIDADE E GOVERNOS AO PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2021, a QCP Consultoria realizou uma parceria com o IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, para a formulação de dois **Planos de Desenvolvimento Sustentável**: das regiões do Vale do Paraíba e do Pontal do Paranapanema.

Nas etapas deste estudo, partimos do levantamento de uma ampla base de dados sobre a trajetória histórica, socioeconômica e ambiental, para a visualização de tendências de desenvolvimento e setores potenciais.

Seguindo esses primeiros achados, a consultoria elaborou a metodologia de oficinas e fóruns para que fossem captadas e debatidas as opiniões e propostas da população local para integrar o planejamento governamental.

No ano seguinte, em 2022, a QCP Consultoria reuniu uma equipe multidisciplinar para construir um plano de governo justamente onde presenciamos uma das maiores tragédias ambientais já vistas, no Rio Grande do Sul.

A consultoria se baseou em insu-
mos contextualizados e com levantamento de dados, trazendo objetivos condizentes com as demandas sociais, integrados às tendências e riscos econômicos e ambientais.

Apresentadas com um material interativo à população, todas as metas e práticas propostas foram pensadas de forma transversal.

**A SUSTENTABILIDADE,
PORTANTO, DEVE
SER ASSUMIDA
COM UM PAPEL
TRANSVERSAL, EM QUE
O DESENVOLVIMENTO
E O MEIO AMBIENTE
ESTEJAM EM EQUILÍBRIO.
OU SEJA, COLOCANDO
A PRESERVAÇÃO
HUMANITÁRIA E A
QUALIDADE DE VIDA
COMO BASE NAS METAS
DE UM GOVERNO**

MAS O QUE ISSO QUER DIZER?

Inserir a diversidade da população como ponto central nas propostas. Foi assim que a QCP Consultoria, além de organizar as propostas em eixos, refletiu nas políticas públicas às pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade social para criar estratégias diversificadas.

Práticas de pactuações e conscientização foram pensadas como medidas para cooperação, conforme os contextos territoriais do estado.

A ideia de sustentabilidade desde o plano de governo está justamente em criar caminhos propícios a cada público para chegar a objetivos comuns.

Projetos ambientalmente e socialmente sustentáveis exigem planejamento a partir do contexto local.

Trazer a participação comunitária, escutando suas reivindicações, demandas e limitações permite criar planos de recomendações assertivos para se transformarem em impactos positivos.

A QCP traz como expertise a capacidade de criar ambientes para atingir objetivos comuns junto às partes interessadas, por meio de técnicas

de facilitação de reuniões e coleta de dados para adaptação à linguagem governamental e empresarial.

O que se busca, no fim, é o desenvolvimento sustentável a partir da preservação de usos naturais e equilíbrio do ecossistema em articulação com as comunidades e atividades produtivas.

PACUERA: UM EXEMPLO NA PRÁTICA

Um dos projetos que a QCP Consultoria esteve envolvida em 2023 foi na atualização do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA) da Usina Jirau, no Estado de Rondônia.

Nossa tática foi a mobilização e articulação com representantes de instituições públicas que validam o PACUERA. São conversas com lideranças e consultas públicas com a comunidade local que promoveram melhor avaliação e integração de demandas para o plano.

Essa tríade de envolvimento entre empresa, órgãos de controle e sociedade civil é complexa e exige a capacidade de escuta da consultoria sobre as avaliações e facilitação de encontros entre as partes interessa-



das, conduzindo um ambiente aberto às diferenças e propositivo às transformações.

Desta forma, para mudar a lógica da destruição, é fundamental integrar pessoas, comunidades e o ambiente nas tomadas de decisão. E, para a sustentabilidade do mundo, a inovação que visa a mitigação de impacto socioambiental se tornou um desafio grande aos investimentos públicos e privados.

E é com a capacidade técnica e expertise de articulação entre pares e integração de propostas sustentáveis que a QCP auxilia as organizações na elaboração de projetos de desenvolvimento que garantem esse equilíbrio e preservam os bens culturais, sociais e ambientais.

IPT - Planos de Desenvolvimento Sustentável:

Em 2021, a QCP firmou parceria com o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) para desenvolver Planos de Desenvolvimento Sustentável nas regiões do Vale do Paraíba e do Pontal do Paranapanema. Essa iniciativa seguiu o trabalho realizado em 2020 no Vale do Ribeira.

A QCP defende que a sustentabilidade econômica requer uma abordagem integrada, unindo conhecimento técnico ao apoio das comunidades e de seus representantes.

Por isso, para cada plano foi aplicado uma metodologia sólida e várias etapas de análise e oficinas com a população local, com o objetivo de definir diretrizes e prioridades de investimento.

Como resultado, fornecemos ao governo estadual subsídios essenciais para o planejamento de médio e longo prazo. A abordagem da QCP seguiu três fases principais:

- 1** *Estudo exploratório dos territórios: levantamento sócio-histórico, análise de políticas públicas e economia local, mapeamento de atores sociais.*
- 2** *Oficinas e fóruns populares: debates com a população, identificando problemas e oportunidades.*
- 3** *Sistematização dos dados: compilação dos materiais para elaborar um plano estratégico.*

A colaboração resultou em publicações detalhadas, disponíveis na plataforma do IPT.



VISÃO PARA O FUTURO



Muitos dos desafios sistêmicos que enfrentamos hoje refletem um longo histórico de políticas públicas e práticas de desenvolvimento econômico que impactam diretamente a sociedade e o meio ambiente.

Que, durante décadas, moldaram ciclos de gestão e maneira de fazer negócios. Agora, estamos diante de um ponto de inflexão: os impactos são mais evidentes e clamam por ações mais conscientes e colaborativas.

Construir pontes entre governos, empresas e sociedade civil é um esforço conjunto necessário para implementar soluções eficientes e participativas para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Isso não diz respeito apenas à mitigação dos impactos negativos, como à busca ativa por inclusão social, preservação cultural e a construção de um futuro que priorize o bem-estar social e a integridade ambiental, ao mesmo tempo em que impulsiona o valor econômico.

Esperamos que os artigos desta edição tenham ampliado sua visão sobre a responsabilidade social e corporativa neste contexto atual tão complexo.

Que você possa, agora, olhar para o desenvolvimento sustentável como uma jornada coletiva, onde os benefícios possam ser compartilhados de maneira justa e equitativa.

OBRIGADO POR NOS ACOMPANHAR ATÉ AQUI.

Estamos animados para continuar, com você, explorando novos caminhos para esse futuro mais resiliente e próspero, sobre o qual tanto falamos!

ATÉ A PRÓXIMA EDIÇÃO,
EQUIPE QCP

SIGA A **QUANTA** NAS REDES SOCIAIS PARA ACOMPANHAR NOSSAS NOVIDADES:



Assine nossa newsletter para receber mais
novidades diretamente no seu e-mail

Compartilhe esta edição com seus amigos e
ajude a comunidade QCP a crescer

